



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682462 - PR (2021/0233114-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : MARCOS GERALDO BARBOZA
ADVOGADO : MARCOS GERALDO BARBOZA - PR060145
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALISSON DOS SANTOS DO PATROCÍNIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALISSON DOS SANTOS DO PATROCÍNIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (0007368-39.2020.8.16.0034).

O paciente foi condenado como incurso no tipo penal inscrito no art. 157, §2º, II, do CP, à pena de 5 anos e 4 meses, além de 15 dias-multa, em regime inicial semiaberto.

A impetrante sustenta a existência do constrangimento ilegal contra a liberdade do paciente. Alega que não houve a prática da conduta em concurso de agentes como narrado na exordial acusatória. Aduz direito ao instituto da detração, bem como a imposição do regime aberto ou semiaberto.

Requer a concessão da ordem de habeas corpus para o fim de cassar o ato coator, com vistas a afastar a majorante do concurso de agentes, desclassificando a conduta do réu para roubo simples. Pugna, também, a detração penal para fins de modificação do regime inicial de cumprimento de pena para o regime aberto, ou, alternativamente o regime semiaberto harmonizado. Por derradeiro, a redução da multa para o patamar mínimo, qual seja, 10 dias-multa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência